

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 571 - Brasília, quinta-feira, 23 de outubro de 1997



Plenário debate 2º turno e vota composição da Anatel

Em dia de debates, 2º turno volta à CCJ

Napoleão e Francelino defendem mudança no sistema de votação. Josaphat, Ademir e Sebastião Rocha querem manter as regras

A emenda constitucional que acaba com o segundo turno nas eleições de governadores e prefeitos retorna à Comissão de Justiça. Lá, serão apreciadas as emendas de plenário. Cinco senadores discursaram em plenário ontem, último dia de debate da proposta. Hugo Napoleão citou o "leilão de cargos" promovido por candidatos no segundo turno como

argumento favorável à emenda. Josaphat Marinho entende que não houve tempo para julgar esse sistema. Ademir Andrade defendeu a extensão do segundo turno a todos os municípios. Sebastião Rocha considera esse mecanismo um aperfeiçoamento da democracia. Francelino Pereira sugeriu uma pesquisa sobre o assunto. **Página 3**

Plenário aceita nomes indicados para a Anatel

Os nomes das cinco pessoas que integrarão a primeira diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações foram aprovados ontem pelo plenário do Senado. A Anatel fiscalizará todo o setor de telecomunicações a partir de agora, quando ele começa a ser privatizado. O plenário ainda autorizou a União a conceder garantia para empréstimo a ser contratado pelo governo de Mato Grosso com uma instituição bancária italiana. Foram também renovadas concessões de emissoras de televisão e de rádio. **Página 2**



Senadores da CCJ discutem a proposta que acaba com os classistas nos tribunais

Comissão aprova o fim de juiz classista

A Comissão de Justiça do Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional que acaba com a figura do juiz classista nos Tribunais Regionais e Superior do Trabalho. O cargo foi mantido apenas nas Juntas de Julgamento, mas sem remuneração. A CCJ aprovou também projeto de lei que descaracteriza como contravenção penal a exploração da credulidade pública por meio de predição do futuro. **Página 4**

Foram 59 votos a favor, dois contra e três abstenções, confirmando as indicações de Fernando Henrique para a agência

Diretoria da Anatel é aprovada pelo plenário

O plenário aprovou ontem os nomes das cinco pessoas que vão integrar a primeira diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), encarregada de regular e fiscalizar todo o setor de telecomunicações a partir de agora, quando a área começa a ser privatizada.

Por lei, compete privativamente ao Senado examinar, com voto secreto, indicação do presidente da República para mandatos na Anatel. Nem o presidente da República pode demitir a diretoria da agência, exceto nos casos de improbidade administrativa ou negligência no cumprimento de metas fixadas pelo governo.

O primeiro presidente do

conselho diretor da Anatel será o engenheiro de telecomunicações Renato Navarro Guerreiro, que fez carreira nas empresas do Sistema Telebrás. Guerreiro já ocupou o cargo de secretário-executivo do Ministério das Telecomunicações e, mais recentemente, era chefe de gabinete daquele órgão. A indicação foi aprovada por 59 votos favoráveis, dois contrários e três abstenções.

Os quatro conselheiros da Anatel serão Luiz Francisco Tenório Perrone, José Leite Pereira Filho, Mário Leonel Neto e Antônio Carlos Valente da Silva, cujos mandatos terão a duração de quatro, cinco, seis e sete anos, respectivamente. A lei determi-

na que os mandatos dos conselheiros e presidentes não podem coincidir, garantindo continuidade na administração da agência.

Durante a discussão das indicações, discursaram favoravelmente os senadores Coutinho Jorge (PSDB-PA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS), Esperiidião Amin (PPB-SC), José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e Freitas Neto (PFL-PI). O senador José Eduardo Dutra (PT-ES), líder do Bloco Oposição, manifestou o temor de que as sabinatas de dirigentes da Anatel "acabem se transformando em mera formalidade, com o Senado apenas fazendo análise de currículos".

Mato Grosso fará empréstimo na Itália

O plenário autorizou ontem a União a conceder garantia a empréstimo de US\$ 55,4 milhões ao governo de Mato Grosso, a ser contratado com o Instituto Bancário San Paolo di Torino. O dinheiro se destina ao financiamento da construção de pontes de concreto, dentro do Programa de Perenização das

Travessias do estado.

Na mesma sessão, os senadores renovaram concessão, por mais 15 anos, à RBS TV de Florianópolis (SC). Também foram renovadas as concessões dadas à TV Eldorado Catarinense de Criciúma (SC) e às rádios Difusora de Mirassol d'Oeste (MT) e São Carlos Ltda. (SC).

CARTAS

"Cumprimento a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente trabalho e agradeço a remessa de suas edições a esta prefeitura." Emanuel Fernandes - prefeito (São José dos Campos-SP)

"Gostaria de externar minha satisfação patriótica ao tomar conhecimento do trabalho que o *Senado* vem desenvolvendo através do *Jornal do Senado*. Como auxiliar de justiça e professor, gostaria de ser mais um dos assinantes desse jornal." Ricardo José da Silva Conceição (Araruama-RJ)

"Parabenizo a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente trabalho de divulgação e pelas matérias importantes e interessantes, que contribuem para o conhecimento técnico, político e administrativo da população. Como funcionário público municipal há mais de 20 anos e especializado na área administrativa, solicito a assinatura desse magnífico jornal."

Carlos Roberto de Almeida Bueno (Itapetininga-SP)

"A Ordem dos Jornalistas do Brasil agradece a remessa do *Jornal do Senado* e parabeniza a equipe pela ética profissional na redação das matérias, que sintetizam e dão transparência às atividades legislativas."

José Fernando Miranda Salgado - presidente (Rio de Janeiro-RJ)

"Cumprimento a equipe do *Jornal do Senado* pelo trabalho, que nos permite conhecer as atividades do Senado. Como sou secretária municipal de Administração e atuo junto à comunidade, solicito a assinatura do jornal, para que eu possa ampliar o debate político nas bases."

Cleuza Mantovani (Três Lagoas-MS)

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

9h45 - Solenidade de entrega de comendas da Ordem do Mérito Aeronáutico. Base Aérea de Brasília

12h - Senhor Jorge Hugo Herrera Vegas, embaixador da Argentina

15h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: *PLC nº 75/93, acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; *Requerimento nº 814/97, solicita tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 39 e 23, de 1996, com a de nº 8, de 1997; *Requerimento nº 817/97, solicita que o PLS nº 166/96, além das comissões constantes do despacho inicial, seja remetido, também, à de Assuntos Econômicos; quarto dia de discussão da *PEC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; quarto dia de discussão da *PEC nº 48/96, altera o art. 57 da Constituição federal; e quarto dia de discussão da *PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

COMISSÕES

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 14/96, dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual do programa de computador e sua comercialização no país; *PLS nº 263/95, dispõe sobre a educação à distância; *PLS nº 230/96, inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; e *PLS nº 126/97, dispõe sobre o ensino superior em estabelecimentos públicos. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 164/97, solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 8.875.030,00, de principal, entre o Brasil e o consórcio integrado pelo Banque Paribas e o Barclays Bank PLC, destinada ao Programa de Reparelhamento da Marinha; *Ofício "S" nº 81/97, encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul referente a proposta de aquisição pela Caixa Econômica Federal de débitos daquele estado junto a 10 instituições financeiras, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 139.167.806,61; e *PLC nº 36/97, dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação, discussão e votação do relatório apresentado ao *PL nº 19/97-CN, "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Aumentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00", e apreciação das Contas do Governo Federal referentes a 1996. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Sexta-feira (24.10.97)

9h - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *PLC nº 7/96, acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; e quarto e último dia de discussão da *PEC nº 48/96, altera o artigo 57 da Constituição federal; e quinto e último dia de discussão da *PEC nº 25/97, altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluze Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Fim do segundo turno volta à comissão

Depois de cinco dias de discussão em plenário e por ter recebido emendas, a proposta de emenda constitucional do senador Júlio Campos (PFL-MT) que acaba com o segundo turno nas eleições de governadores e prefeitos retorna hoje à CCJ. O relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), apresentará parecer sobre as emendas de plenário.

No último dia de discussão da proposta em plenário, em primeiro turno, mais cinco senadores abordaram o tema. Hugo Napoleão (PFL-PI) e Francelino Pereira apoiaram o fim do 2º turno, enquanto Josaphat Marinho (PFL-BA), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Ademir Andrade (PSB-PA) manifestaram-se contra.



Napoleão condena as alianças

Napoleão não aceita o "leilão de cargos"

O senador Hugo Napoleão declarou seu voto favorável à proposta de emenda constitucional que acaba com o segundo turno para eleições estaduais e municipais. Ele disse que esse dispositivo foi um "erro da Constituição de 1988" e lembrou sua posição sempre contrária ao segundo turno nos três níveis de eleição. Aceita, entretanto, que haja segundo turno para a escolha do presidente da República, pois, "nesse caso, o debate se dá no nível ideológico".

Para a eleição de prefeitos e governadores a situação é diferente. Nos pleitos municipais, a discussão eleitoral ocorre em nível local ou até pessoal. E, no segundo turno, os candidatos perdedores aliam-se ao segundo colocado para derrotar o vencedor na segunda votação, apenas motivados por um sentimento de vingança - disse.

Em relação às eleições estaduais, Hugo Napoleão afirmou que também ocorre o mesmo, acrescido "do leilão de cargos" feito pelos candidatos com o objetivo de apoio no segundo turno. "É vergonhoso que isso ocorra e que, no propósito de ganhar a eleição a qualquer custo, ninguém se preocupe com ideologia", salientou.



Josaphat: contra mudança agora

Josaphat: é cedo para apurar erro ou acerto

O senador Josaphat Marinho comunicou que votará pela manutenção do segundo turno nas eleições estaduais e municipais pois, a seu ver, ainda não houve tempo para apurar se há inconvenientes nesse sistema. Ele acrescentou ser contrário a modificações na Constituição por entender que a Carta Magna deve ser mais experimentada e, somente depois disso, modificada.

Não há dúvida que têm havido irregularidades nas eleições, mas não podemos condenar o mecanismo do segundo turno por causa de algumas práticas irregulares. Não é o momento adequado para isso. É preciso, antes, aperfeiçoar a legislação político-eleitoral - afirmou.

Para Josaphat Marinho, se o Congresso Nacional aprovar a extinção do segundo turno, propiciará "eleições majoritárias por votos minoritários". De acordo com o senador, outro defeito da proposta é que, caso seja aprovada, será preciso uma lei regulamentando as eleições, o que contraria a Constituição, que estabelece o prazo de um ano antes dos pleitos para as mudanças na legislação eleitoral.



Ademir: para todos os municípios

Ademir faz sugestão para ampliar o mecanismo

Em nome do PSB, o senador Ademir Andrade (PA) disse que o partido votará contra a proposta de emenda constitucional que acaba com o segundo turno para eleições estaduais e municipais. A seu ver, esse mecanismo respeita a vontade do eleitor e deveria ser adotado em todos os municípios (atualmente, ele só existe nas cidades com mais de 200 mil eleitores).

Na opinião de Ademir Andrade, o segundo turno dá oportunidade aos eleitores da escolha de seus representantes, pois, se o seu candidato não estiver entre os dois primeiros colocados, o eleitor pode escolher entre os dois mais votados o que considerar o melhor. Dessa forma, acrescentou o senador, evita-se que seja eleito um candidato com uma votação baixa.

Como alguém pode representar o povo por quatro anos com apenas 20% da votação, como já aconteceu numa cidade do Pará, onde foi eleito um verdadeiro bandido para prefeito? - questionou o senador paraense.



Rocha: é um aperfeiçoamento

Rocha teme desgaste se a emenda for aprovada

O senador Sebastião Rocha afirmou que o segundo turno é um aperfeiçoamento democrático e, por isso, votará contra a proposta de sua extinção para eleições estaduais e municipais. "Os resultados das eleições depois de 1988 não foram tão drásticos como afirmam os defensores do fim do segundo turno", disse.

Na opinião de Sebastião Rocha, esse dispositivo permite que a sociedade acompanhe ainda mais as propostas dos candidatos, além de haver mais debates entre eles. Ele lembrou que há eleições nas quais candidatos não participam de debates no primeiro turno, mas participam do segundo, por haver a polarização de idéias.

O senador manifestou sua preocupação com a possibilidade de o Senado sofrer um desgaste, a seu ver "desnecessário", caso seja aprovada a proposta de emenda constitucional que termina com o segundo turno.

Podemos até discutir, para as eleições posteriores à de 1998, por exemplo, a redução do percentual para que o candidato seja eleito já no primeiro turno, mas não agora, menos de um ano antes do pleito - frisou Sebastião Rocha, que considerou um "casuismo sério" a proposta de diminuição do percentual para o candidato a presidente.



Francelino: nós sabemos votar

Francelino: população é contra duas eleições

O senador Francelino Pereira, relator da emenda que acaba com o segundo turno nas eleições para governadores e prefeitos, afirmou ter a certeza de que "uma pesquisa pode mostrar que a maioria dos brasileiros não quer o segundo turno". Francelino apresentou parecer favorável à proposta e agora, com a apresentação de emendas de plenário, o assunto volta à CCJ, onde o relator opinará sobre as novas emendas.

O brasileiro sabe votar. Será que é preciso uma segunda eleição, encarecendo o custo eleitoral? - perguntou o relator.

Ele opinou que os dois pleitos realizados desde que a Constituinte de 88 introduziu no Brasil o segundo turno nas eleições para presidente, governadores e prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores "não sacralizam este instituto".

Frisando que ao relator o assunto não pensou em eleições passadas ou futuras, Francelino disse que foi isento e tratou o assunto em tese. "Meu parecer é institucional e jurídico", observou. O senador lembrou que a comissão temporária que discute a reforma político-partidária recomendou a extinção do segundo turno, mantendo-o apenas nas eleições para presidente da República.

Ele continuará atuando somente nas Juntas de Conciliação e Julgamento, segundo o projeto de Gilberto Miranda, e mesmo assim sem receber nada, graças a emenda de José Eduardo Dutra

CCJ aceita fim do juiz classista remunerado

Por 14 votos a quatro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) à proposta de emenda constitucional do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que extingue a figura do juiz classista nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho, mantendo-a apenas nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

A CCJ acolheu, por nove votos a oito, emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerando honorífico (sem remuneração) o cargo de juiz classista nas juntas. A proposta inicial, de Miranda, pretendia extinguir a figura do juiz classista em todas as instâncias. A matéria será ainda submetida a dois turnos de discussão e votação no plenário do Senado.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou parecer do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) favorável a projeto de lei da Câmara que cria a Escola Superior do Ministério Público da União. Aprovou ainda parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) favorável a projeto de lei da Câmara que altera a legislação para adaptá-la à nova orientação constitucional sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica federais. Pelo projeto, a contratação de estrangeiros se dará em obediência ao Regime Jurídico Único.

Também foi aprovado, em segundo turno, substitutivo da senadora Regina Assunção (PTB-MG) a projeto que cria a série Documentos Histórico-Culturais, a ser editada sob a coordenação da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Ainda na reunião de ontem, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva a propostas de emenda à Constituição dos senadores Sérgio Machado (PSDB-CE) e



A reunião que extinguiu o cargo de juiz classista nos TRTs e no TST foi das mais concorridas da CCJ

Humberto Lucena (PMDB-PB), que pretendem restabelecer a apreciação de propostas de emenda constitucional em sessões conjuntas.



Miranda: juiz classista revisto

DÍVIDA PAULISTA

Bernardo Cabral também concedeu vista coletiva a parecer do senador José Bianco (PFL-RO) a projeto de resolução do Senado que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas. O saldo da dívida é de aproximadamente R\$ 50 bilhões, os juros são de 6% ao ano e o prazo, de 30 anos.

O projeto foi encaminhado à CCJ diante da dívida sobre a constitucionalidade da inclusão do valor de R\$ 1,7 bilhão no montante da dívida do estado que está sendo negociada para ser assumida pelo governo federal no âmbito do Programa

de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, porque esse valor está vinculado ao desvio de recursos financeiros arrecadados mediante a colocação de títulos mobiliários no mercado para o pagamento de precatórios, conforme apurou a CPI dos Títulos Públicos.

Em seu parecer, Bianco concluiu pela constitucionalidade e juridicidade do projeto que autoriza a renegociação da dívida do estado de São Paulo, com a exclusão da importância de R\$ 1 bilhão 549 milhões 926 mil 724 reais e 15 centavos, referentes aos recursos obtidos com a emissão de títulos a mais em relação aos efetivamente pagos.

Bezerra pede audiência sobre venda de mineradora

A CCJ também aprovou o requerimento do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) para que sejam realizadas reuniões conjuntas da mesma com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) destinadas a audiências públicas sobre a transferência de domínio da Urucum Mineração.

Na justificativa do requerimento, Carlos Bezerra afirmou que os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul detêm as maiores reservas de minério de manganês do Brasil, e que relatório do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) indicou, em 1986, que as reservas de Urucum representavam 70% de todo o potencial de manganês do Brasil - percentual que hoje, segundo o senador, é ainda maior.

O senador explica a necessidade das audiências públicas porque a transferência da Urucum Mineração está cercada de dúvidas e questionamentos legais; há demora no cumprimento dos compromissos acordados; além dos prejuízos que a comunidade mato-grossense vem sofrendo.

Carlos Bezerra sugere a presença de representantes da Companhia Vale do Rio Doce, da Secretaria do Direito Econômico, do Conselho Administrativo de Direito Econômico, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, do DNPM, do Ministério de Minas e Energia, do Tribunal de Contas da União, dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, da Urucum Mineração, do Departamento Nacional de Registro Comercial, da Companhia Mato-Grossense de Mineração, dos autores da ação popular anulatória da venda, da Associação Brasileira dos Produtores de Ferros-Ligas e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Coarabá e Ladário.

Prever o futuro não é crime

Sortilégios, predição do futuro, interpretação de sonhos ou práticas congêneres não devem mais ser qualificadas como contravenção penal. Esse é o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acolheu parecer do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), favorável a projeto de lei da Câmara que revoga dispositivo da Lei das Contravenções Penais que considera contravenção penal a exploração da credulidade pública mediante tais atividades. Em seu parecer, Jefferson

afirma que o direito penal existe para punir "o que realmente ultrapasse o mínimo de tolerabilidade, colocando em perigo ou causando dano a determinados bens jurídicos". Ele destaca que o bem jurídico protegido pelo artigo que o projeto pretende suprimir é a credulidade pública.

- A sociedade não se sente realmente abalada com a prática dessa conduta proibida, haja vista a notória aceitação popular das crenças que fogem da experiência científica. Isto posto, somos pela aprovação do presente projeto, que busca revalorizar a credibilidade nos parâmetros aceitos



Jefferson: fim da credulidade?

pela sociedade moderna - conclui o relator.

A matéria será ainda submetida ao plenário do Senado.

Jefferson se queixa da ação do BNDES

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) comentou ontem documento subscrito pelos presidentes das federações das indústrias dos estados da Amazônia e que também foi encaminhado ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, comunicando que, "diante das dificuldades, esses empresários renunciaram aos financiamentos oferecidos pelo banco".

Não se trata talvez de má vontade da direção do BNDES. O banco me parece um grande serviço de irrigação com um enorme reservatório de água, cujos recursos somam, este ano, R\$ 13 bilhões, mais do que os recursos do BID. É um banco que presta grande serviço ao país. No entanto, seus canais de irrigação não chegam à periferia. Há um entupimento. Por isso, não tem servido à Amazônia - afirmou. "O problema não pode ser apenas nosso, da região, de nossos empresários", comentou.

O senador disse que o Programa para a Amazônia Integrada (PAI), lançado em 1994 pelo BNDES para beneficiar a indústria na região Norte, fracassou. Segundo ele, da previsão de R\$ 1 bilhão, foram emprestados apenas R\$ 100 milhões.

Jefferson acrescentou que, no documento encaminhado ao BNDES, os presidentes das federações dos estados da Amazônia assinalam que os recursos do banco nunca ajudaram a região na amplitude e na escala esperada.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que o BNDES, mesmo tendo aceitado com a possibilidade de atender aos empresários da região Norte, mudou seus critérios, dificultando o acesso aos seus financiamentos, e conseqüentemente desestimulou os pequenos empresários. O senador disse que o governo federal precisa ajudar mais no desenvolvimento dos estados do Norte e reduzir as desigualdades regionais.

Senador garante o cumprimento do acerto feito na Comissão de Assuntos Econômicos, mas adianta que só depois da sanção presidencial virá o benefício pretendido

Simon: acordo garante exclusão de municípios de retenção para o FEF

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) esclareceu ontem que está mantido o acordo, feito na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para excluir os municípios da retenção de dinheiro para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A mudança, no entanto, só poderá ser feita depois que a prorrogação do FEF for aprovada pelo Congresso e promulgada.

Simon deu a explicação, durante o terceiro dia de discussão da emenda de prorrogação do FEF pelo plenário do Sena-



Simon: acalmando prefeitos do Sul

, por estar recebendo telefonemas de prefeitos do Rio Grande do Sul. A exclusão será feita posteriormente, também por

proposta de emenda à Constituição, e o senador informou que já estão sendo colhidas assinaturas para a mudança.

O acordo feito na CAE, segundo o senador, envolve os deputados em razão de terem os líderes que apóiam o governo ponderado que, se os senadores fizessem a exclusão agora, a proposta do FEF teria de voltar à Câmara para nova votação, o que poderia impedir o governo de prever no Orçamento da União do ano que vem gastos a serem efetuados

por conta da retenção de dinheiro do Fundo.

Ao discutir a matéria, Pedro Simon reafirmou que o Congresso "está prorrogando o que não existe mais", pois o FEF foi extinto em 1º de julho último. A rigor, conforme o senador, o Congresso deveria criar novamente o Fundo de Estabilização Fiscal. A emenda constitucional em discussão prorroga o FEF até 31 de dezembro de 1999, com efeito retroativo a 1º de julho deste ano.

Francelino elogia livro sobre segredo dos cofres públicos

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou em plenário ontem a obra *O Segredo do Cofre*, das jornalistas Valdez Caetano e Ana Paula Padrão, por entender que o livro vai permitir "um debate nacional sobre o endividamento dos estados e municípios, sobre a necessidade de repensar a distribuição dos encargos entre os três entes da Federação e de dar celeridade às reformas - a alternativa mais visível para solucionar a crise fiscal".

Na sua opinião, o pagamen-

to dos servidores, que compromete quase a totalidade de suas receitas, somado às elevadas taxas de juros, tem agravado a situação financeira dos estados.

Comentou Francelino Pereira que, vencendo o desafio de traduzir o "economês" para linguagem simples, as autoras explicam "o difícil paradoxo do agravamento da crise financeira estadual em decorrência do plano de estabilização: a inflação como instrumento de ajuste de gastos, especialmente de pessoal, bastando



Francelino: debate nacional

aos governos atrasarem o salário dos servidores por alguns dias para cobrir a própria folha de pagamento; com o fim

da inflação, a quase totalidade da receita dos estados passou a ficar comprometida com essa despesa".

Referindo-se à análise apresentada no livro, ele relatou que as taxas de juros elevadas também contribuíram para dificultar a situação financeira dos estados e municípios. Destaca o senador que o novo projeto de refinanciamento das dívidas dos estados e municípios em execução é "a última tentativa de resolver o problema".

Ronaldo visita exposição no Salão Negro

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) afirmou ontem que a exposição *O Senado e os Senadores*, montada no Salão Negro do Congresso Nacional, é uma oportunidade que o povo de Brasília e de outros estados tem para "melhor conhecer a parte administrativa do Senado e a atuação própria dos senadores".

Ele elogiou a iniciativa da Coordenação de Relações Públicas do Senado de organizar e promover a mostra, que estará aberta ao público até depois de amanhã.



Ronaldo visitou o estande da Secretaria de Comunicação Social na exposição *O Senado e os Senadores*

- Acho importante que a população possa conhecer os trabalhos do Legislativo, especialmente quando o Senado co-

meça a se fazer transparente ao conhecimento público, porque ainda existe muita gente que não sabe como ele funcio-

na, o que representa, e o que os senadores fazem nas comissões e no plenário da Casa - disse.



Alcântara: três anos de êxitos

Alcântara elogia ação do Comunidade Solidária

Ao fazer um balanço das atividades do programa Comunidade Solidária, em quase três anos de existência, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que ele significa para o país uma alternativa que "mobiliza as forças da sociedade em prol da solução de nossas profundas injustiças sociais".

Conforme disse, o programa experimenta novas formas de colaboração entre agentes públicos e privados para enfrentar a miséria e a exclusão social. Na sua opinião, essa abordagem rompe com a visão assistencialista e clientelista de ação do passado e com a ideia de que o desenvolvimento social é responsabilidade exclusiva do governo.

Alcântara ressaltou uma linha de atuação voltada para a interlocução política, pela qual o Comunidade Solidária busca construir consensos sobre temas sociais como a reforma agrária. A seu ver, o caráter inovador do trabalho do conselho do programa consiste em desenvolver experimentos, vê-los testados e, uma vez avaliados, torná-los realizáveis na escala necessária para atender às demandas efetivas da sociedade. "O conselho vem fomentando a disseminação do crédito popular e, como resultado de seu esforço, o BNDES abriu dois programas: o *BNDES Trabalhador* e o *BNDES Solidário*", lembrou o senador.

Lúcio Alcântara destacou também o lançamento, na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, do *Viva Cred*, projeto baseado na experiência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tem apoio operacional e financeiro da iniciativa privada.

Chuvvas provocadas pelo fenômeno climático que eleva a temperatura do Pacífico levam municípios gaúchos ao estado de calamidade pública e motivam o apelo da senadora

Emília pede prevenção contra *El Niño*

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) pediu ontem medidas preventivas dos governos federal, estaduais e municipais para atender às vítimas de calamidades públicas causadas por fenômenos naturais, e defendeu o fortalecimento e a desburocratização das ações dos órgãos de defesa civil nos estados.

A senadora disse que, em consequência do *El Niño*, foram registrados, nos últimos dias, no Rio Grande do

Emília: 15 mil desabrigados em 93 cidades do interior gaúcho



Sul, fortes temporais, chuvas de granizo e enchentes que provocaram a destruição de pontes, estradas e plantações, "com grande re-

percussão na economia do estado".

Emília Fernandes explicou que as chuvas desabrigaram mais de 15 mil pessoas em

93 municípios, em estado de emergência. A senadora disse que as cidades de Itaqui e Uruguaiânia estão entre as mais atingidas, situando-se em estado de calamidade pública.

Emília advertiu que os governos precisam investir em obras de infraestrutura e saneamento básico, além de promover campanhas educativas sobre a importância da preservação do meio ambiente.



Suassuna cobra do governo a implantação do Próágua

Suassuna quer ação rápida do governo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou ontem dos poderes Executivo e Legislativo a implementação de medidas sugeridas pela Comissão Especial *El Niño* para diminuir o "terrível impacto causado por esse fenômeno climático na economia da região Nordeste". Segundo informou, o relatório final da comissão dedicou cinco páginas às ações preventivas e permanentes para o combate aos prejuízos causados pelas secas, em especial as decorrentes daquele fenômeno.

- A seca não tem, na mídia, o efeito das inundações. É um drama silencioso, que se dá longe das câmeras. Mas seus estragos na economia regional são iguais ou maiores aos causados pelas inundações no Sul - alertou.

Entre as medidas sugeridas pelo relatório, Suassuna mencionou a efetiva implan-

tação do Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Nordeste Semi-Árido - o Próágua, que considera inadiável. Ele apoiou também a necessidade de ocupação dos cerrados nordestinos, onde o ciclo estável de chuvas e a facilidade para mecanização fazem a região bater recordes de produtividade.

Ney Suassuna pediu a conclusão de obras inacabadas que visam à acumulação de água para consumo humano e apoio para atividades produtivas na região. Para o senador, trata-se de medidas já listadas como prioritárias pela Sudec e "de elementar bom senso".

- Se já existem tais obras, por que não concluí-las de imediato, quando se sabe que os efeitos do *El Niño*, este ano, serão particularmente duros? - questionou.

Valadares relata idéia original em Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou iniciativa do prefeito de Poço Verde (SE), facilitando aos pequenos agricultores locais o acesso ao financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Conforme explicou, o prefeito da cidade, José Everaldo de Oliveira, em parceria com o Banco do Brasil, criou o Fundo Municipal de Aval, desburocratizando os procedimentos antes exigidos para a concessão do crédito. Como resultado, os pequenos produtores da região puderam beneficiar-se do programa e "houve o incremento da produção agrícola local".

Antonio Carlos Valadares disse que os pequenos produtores de Poço Verde foram organizados em grupos de no mínimo 10 e no máximo 20 pessoas, cada uma delas funcionando como avalista da outra, passando a ser parceiros do Banco do Brasil e da pre-

feitura quando da liberação dos financiamentos.

- Eles entraram com 25% e a prefeitura com outros 25%, ficando o Banco do Brasil com 50%. Técnicos da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe atestaram o potencial de cada produtor e a própria comunidade aprovou cada família a ser beneficiada pelo Fundo Municipal de Aval - explicou o senador.

Antonio Carlos Valadares disse que a iniciativa tem tido repercussão nacional, especialmente porque o município de Poço Verde ficou em sexto lugar no ranking brasileiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Segundo o senador, em consequência do sucesso do Fundo de Aval, a TV Globo fará no domingo uma edição especial para o programa *Globo Rural*, enfocando a produtividade agrícola do município de Poço Verde.



Valadares: especial na televisão sobre o sucesso do programa em Poço Verde, Sergipe

Deponentes apontam esvaziamento dos quadros das universidades e sugerem novas fontes de financiamento do ensino

Comissão reúne professores para discutir a educação

Com a presença de professores universitários e senadores, a Comissão de Educação debateu ontem os rumos da educação brasileira. Na opinião do senador Joel de Hollanda (PFL-PE), presidente da comissão, as exposições feitas por



Professores falaram sobre ensino médio e universitário na reunião da comissão

representantes de universidades federais e estaduais "trouxeram contribuições muito importantes". Conforme o senador, as sugestões propostas pelos expositores devem ser levadas em consideração, porque no Brasil ainda se discute muito sobre qual o melhor: se o sistema de ensino médio profissional ou aquele voltado para o mundo do trabalho.

Já a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), uma das participantes do debate, disse que o Brasil já tem consciência de que a educação é ponto fundamental para o seu

desenvolvimento econômico, social e político. "Essa conscientização por parte da sociedade mostra que precisamos buscar alternativas para integrar o jovem ao mundo da tecnologia, em condições mais justas no processo de globalização".

A professora da USP, Lizete Regina Areiari, primeira a falar, defendeu a necessidade de se pensarem em novas fontes de recursos para o ensino infantil. Ela sugeriu que a utilização de pelo menos parte dos R\$ 18 bilhões do FAT (Fundo de Assistência ao Trabalhador), seja apli-

cada na educação fundamental. Esses recursos, segundo a professora, estariam sendo "utilizados pelo BNDES e têm servido para prestigiar projetos de privatização".

Já a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Wraña Panizzi, ao falar sobre a autonomia universitária, afirmou que a universidade pública tem compromisso com o desenvolvimento do país, e pediu a democratização do ensino superior. Ela disse que os quadros das 52 instituições federais de ensino do Brasil estão se esvaziando.

Odacir discorda dos EUA sobre combate às drogas

O senador Odacir Soares (PTB-RO) considerou implacáveis as análises feitas pelo governo dos EUA em documento citado pelo jornal *O Globo*, segundo as quais "o Brasil ainda é incapaz de evitar efetivamente que os traficantes usem áreas remotas para propósitos ilícitos". O senador lamentou que a ajuda financeira norte-americana no combate ao narcotráfico tenha sido restrita, mas espera que, depois da visita do presidente Clinton, "a contrapartida norte-americana à nossa cota de cooperação se aproxime dos patamares desejáveis".

O senador considerou que as autoridades norte-americanas foram "excessivamente parcimoniosas, quando não avaras", ao tratarem da atuação da Polícia Federal nas operações



Odacir: eles foram avaros

conjuntas com agentes do FBI.

Odacir Soares citou o balanço feito pelo diretor da Polícia Federal, Vicente Chellotti, que avaliou em US\$ 5 milhões os investimentos necessários do lado americano nas operações que visam reduzir o tráfico com destino aos EUA, onde há 30 milhões de consumidores de estupefacientes.

Partida reforça harmonia entre Poderes

Harmonia entre os Poderes da República. Foi perseguindo esse preceito constitucional, segundo o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, que se realizou na noite da última terça-feira a primeira partida de futebol de campo entre o Executivo e o Legislativo.

Do lado do Legislativo, defendido pelo time do Senado, estavam (*de pé*) Suplicy, Patrocínio, Neto, Cláudio, Cláudio Azevedo e José Neto Brilhante; e ainda (*agachados*) Quintanilha, João França, Sebastião Rocha, Agaciél e Dutra.

Entre os ministros que compunham o time do Executivo estavam Paulo Paim, do Trabalho; Paulo Renato, da Educação; e Eli-seu Padilha, dos Transpor-



O time do Senado lutou mas não resistiu ao adversário, desfalcado de Pelé

tes. Por sorte do Legislativo, o ministro Pelé teve o voo atrasado e não chegou a tempo de reforçar o time do Executivo, que mesmo assim ganhou a partida por 3 x 2.

Pelé já prometeu que participará do próximo jogo, que deve acontecer em 30 dias.

O técnico do time do Executivo foi o subsecretário-

geral da Presidência da República, Guido Faria, e do time do Legislativo, Agaciél Maia.

Os gols do Senado foram marcados por Patrocínio e Dutra. A partida, realizada no Clube do Congresso, foi apitada pelo árbitro Mário Vinhas, da Federação Brasileira de Árbitros de Futebol.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador José Agripino (PFL-RN) sobre o projeto de lei que regulamenta as rádios comunitárias (inédito)
- 7h30 - "Jornal Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Levy Dias (PPB-MS) e o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) sobre a política de juros do governo federal, as reformas fiscal e tributária e seus reflexos na economia nacional (reapresentação)
- 9h - "Jornal do Congresso" (reapresentação)
- 9h15 - "Senado em Pauta" (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador José Agripino (PFL-RN) (reapresentação)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravada em 22/10/97)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Levy Dias e o deputado federal Delfim Netto (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Sem prejuízo das ações civis e penais cabíveis, responsáveis poderão perder emprego, cargo ou função. Quando a instituição for particular, ficará impedida de receber recursos públicos por 10 anos

Crimes em hospitais terão punição rigorosa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que estabelece punição penal, civil e administrativa dos responsáveis, em hospitais, asilos, creches e orfanatos, por atos dolosos ou culposos dos quais resultem lesão física, psíquica ou moral, desaparecimento



Na reunião de ontem, a CAS aprovou em caráter terminativo o substitutivo da CCJ

ou morte de paciente, interno ou pessoa sob sua custódia.

O projeto, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), sujeita às mesmas penalidades os que, podendo evitar esses atos, se omitirem. A responsabilidade administrativa implicará a perda do cargo, emprego ou função pública, sem prejuízo das ações civis e penais cabíveis.

O texto aprovado em caráter terminativo é um substitutivo de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), acolhido anteriormente pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria, relatada pelo senador José Alves (PFL-SE), vai à deliberação da Câmara dos Deputados.

De acordo com Alcântara, o projeto visa fornecer instrumentos jurídicos de coação, pretendendo, assim, a prestação integral, efetiva e eficiente dos serviços de saúde, como forma de realizar o previsto na Constituição nesse campo.

O substitutivo prevê uma punição adicional para instituições de saúde privadas, conveniadas

ou não com o SUS, bem como com as instituições de proteção à infância, à adolescência e à velhice: quando culpadas pelos atos previstos na proposta, elas serão declaradas inidôneas para contratar ou manter convênio com o SUS. Nessa condição, ficarão impedidas de receber dotação, subvenção ou empréstimo à conta de recursos públicos, pelo prazo de 10 anos a contar de cada ocorrência.

A sessão da Comissão de Assuntos Econômicos foi presidida pelo senador Ademar Andrade (PSB-PA).

Walkman com advertência sobre riscos à saúde auditiva

Os fabricantes ou importadores de aparelhos de som deverão advertir o consumidor sobre a possibilidade de ocorrerem danos no sistema auditivo quando exposto a potência superior a 85 decibéis (db), caso seja aprovado projeto da senadora Marina Silva (PT-AC). Ela argumenta que a inclusão dos avisos em peças publicitárias lembrará o usuário do risco que corre, "de uma forma educativa e não impositiva".

A senadora afirmou que o padrão de conforto para o ouvido humano determinado pela Organização Mundial de Saúde é de 70 db, mas que estudos constatam que as pessoas, habitualmente, escutam seus



Marina: educação e não imposição walkman em uma potência média de 115 db por longos períodos de tempo. Para Marina, a comprovação dos riscos que determinado produto oferece "torna imperiosa a adoção de providências que os evitem".

O projeto, que será apreciado na Comissão de Assuntos

Sociais (CAS), procura, na opinião da senadora, implementar aquilo que o Código de Defesa do Consumidor já prevê desde sua aprovação em 1990. O código estabelece que fornecedores de produtos ou serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverão informar sobre o fato de maneira ostensiva e adequada.

A iniciativa faz-se especialmente relevante à vista do grande percentual de jovens que compõem a população brasileira e que são os maiores usuários de aparelhos de som em altas potências. Os fornecedores, com a aprovação deste projeto, terão de cumprir o dever de informar acerca do uso dos seus produtos - disse.

CAS aprova o uso de entorpecentes para aliviar dores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em votação terminativa, projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que prevê a utilização de entorpecentes no tratamento de pacientes acometidos de intensas e constantes dores derivadas de doenças como o câncer, em estágio terminal. A proposição foi relatada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que retirou substitutivo que havia preparado, e acatou o texto original, com duas emendas oferecidas pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

De acordo com uma das emendas, além das substâncias entorpecentes - morfina, peditina, codeína, tramadol, buprenorfina e naloxone, relacionadas no texto do projeto - outros medicamentos que surgirem também poderão ter sua utilização regulamentada pelo governo federal, com aquela finalidade.

A outra emenda determina que o laudo médico que comprova a gravidade da doença seja assinado apenas pelo médico assistente e não por dois, como previa a proposição. Sebastião Rocha ressaltou que muitas cidades no interior do Brasil não possuem dois médicos à disposição. Se não houver recurso para apreciação do projeto pelo plenário do Senado, a matéria irá diretamente ao exame da Câmara.

JUIZES CLASSISTAS

Na mesma reunião, a CAS aprovou, também em caráter

terminativo, projeto do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) que determina o enquadramento de juízes classistas temporários, como segurados obrigatórios, no regime geral da Previdência Social, equiparados aos trabalhadores autônomos.

A matéria, relatada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), revoga o regime especial de aposentadoria desses juízes da Justiça do Trabalho, garantido pela Lei nº 6.903/81.

- Os juízes classistas temporários da Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição vigente, não se submetem às normas gerais do Estatuto da Magistratura. Assumem o cargo

sem aprovação em concurso público e não se sujeitam aos princípios rígidos dos magistrados. A concessão de aposentadorias especiais a estes representantes classistas, em consequência, representa uma prerrogativa incompatível com a natureza da função ocupada - diz Fernando Bezerra.

De acordo com o relator do projeto, a vantagem atualmente deferida aos juízes classistas temporários já alcança um terço das despesas com inativos da Justiça do Trabalho, constituindo, conforme acentua Waldeck, "privilégio incompatível com o sistema previdenciário e as revisões que estão sendo feitas, visando inclusive extinguir as chamadas aposentadorias especiais". A matéria irá diretamente à apreciação da Câmara se não houver recurso para apreciação pelo plenário do Senado.



Osmar, autor do projeto